



REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ 01.425.787/0001-04

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis relativas a 30/06/2025.

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as disposições do artigo 45 da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia.

As demonstrações referidas foram divulgadas em 25/08/2025 no sítio eletrônico de Relações com Investidores desta instituição (<https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores>).

Este arquivo contém:

- . Relatório do Auditor Independente.
- . Relatório da Administração;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Notas Explicativas;

Carlos Henrique Donegá Aidar
Diretor

Gabriela Rodrigues Ferreira
Diretora

Arnaldo Alves dos Santos
Contador



20
25

Demonstrações contábeis

Redecard Instituição de Pagamento S.A.
30 de junho de 2025



Redecard Instituição de Pagamento S.A.

**Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2(a) às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão



Redecard Instituição de Pagamento S.A.

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis relativas ao período de 30/06/2025 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2025 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

A Administração

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

DIRETORIA

Diretores

Adriano Tchen Cardoso Alves

Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues

Andre Balestrin Cestare

Angelo Russomanno Fernandes

Carlos Eduardo Mori Peyser

Carlos Henrique Donegá Aidar

Estevão Carcioffi Lanza

Gabriela Rodrigues Ferreira

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Rubens Fogli Netto

Tatiana Grecco

Vinicius Santana

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Rua Tenente Mauro de Miranda, 36, bloco D, 7º andar (parte), Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Balanco Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2025
Circulante e Não Circulante		124.719.496
Disponibilidades		128.297
Títulos e Valores Mobiliários	2c II, 3	6.539.620
Carteira Própria		6.539.620
Relações Interfinanceiras		117.064.464
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	2c VIII	362.472
Ativos Fiscais Correntes		228.609
Ativos Fiscais Diferidos		133.863
Outros Ativos	2c IV	624.643
Permanente		1.467.323
Investimentos	2c V	601.461
Participações em Investidas		601.461
Imobilizado		456.976
Imóveis		869
Outras Imobilizações		1.554.593
(Depreciações Acumuladas)		(1.098.486)
Intangível	2c VI	408.886
Ativos Intangíveis		13.762.145
(Amortização Acumulada)		(13.353.259)
Total do Ativo		126.186.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Balanco Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025
Circulante e Não Circulante		88.324.815
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2c III	20.361.161
Demais Provisões	2c VII	88.560
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	2c VIII	513.666
Obrigações Fiscais Correntes		368.837
Obrigações Fiscais Diferidas		144.829
Outros Passivos	2c IV, 4	67.361.428
Patrimônio Líquido	8	37.862.004
Capital Social		23.923.000
Reservas de Capital		12.503.732
Reservas de Lucros		1.432.316
Outros Resultados Abrangentes	2c II	2.956
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		126.186.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração do Resultado***(Em milhares de reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		3.240.398
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		2.341.914
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários e Outros		898.484
Despesas da Intermediação Financeira		(40.219)
Empréstimos e Repasses		(40.219)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.200.179
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(491.151)
Receitas de Prestação de Serviços	2c X, 5	1.145.800
Despesas de Pessoal	6a	(277.155)
Outras Despesas Administrativas	6b	(911.449)
Despesas de Demais Provisões		(17.574)
Provisões Cíveis		(18.749)
Provisões Trabalhistas		(14.122)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		15.297
Despesas Tributárias	7a II	(247.793)
Resultado de Participações em Investidas		54.262
Outras Receitas Operacionais		238.624
Outras Despesas Operacionais	6b	(475.866)
Resultado Operacional		2.709.028
Resultado não Operacional		1.937
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		2.710.965
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c VIII, 7a I	(875.470)
Devidos sobre Operações do Período		(724.593)
Referentes a Diferenças Temporárias		(150.877)
Participações no Lucro	9b	(2.458)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.833.037
Quantidade de Ações	8a	1.798.668.128
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$		1,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***(Em milhares de reais)*

	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo)	1.833.037
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(2.450)
Varição de Valor Justo	(3.893)
Efeito Fiscal	1.443
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado)	(421)
Remensurações	(638)
Efeito Fiscal	217
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	(1.141)
Investidas	(1.141)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(4.012)
Total do Resultado Abrangente	1.829.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 01/01/2025		29.305.271	12.503.732	3.217.101	6.968	-	45.033.072
Aumento / (Redução) de Capital		(5.382.271)	-	-	-	-	(5.382.271)
Dividendos		-	-	(3.617.822)	-	-	(3.617.822)
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	(4.012)	1.833.037	1.829.025
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	1.833.037	1.833.037
Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	(2.450)	-	(2.450)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		-	-	-	(421)	-	(421)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior		-	-	-	(1.141)	-	(1.141)
Destinações:							
Reservas		-	-	1.833.037	-	(1.833.037)	-
Saldos em 30/06/2025	8	23.923.000	12.503.732	1.432.316	2.956	-	37.862.004
Mutações do Período		(5.382.271)	-	(1.784.785)	(4.012)	-	(7.171.068)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		1.588.393
Lucro Líquido / (Prejuízo)		1.833.037
Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):		(244.644)
Depreciações e Amortizações		254.293
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		7.965
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		31.535
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(2.941)
Tributos Diferidos		150.877
Resultado de Participações em Investidas		(54.262)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(632.178)
Resultado na Alienação de Investimentos e Imobilizado		(1.986)
Outros		2.053
Variações de Ativos e Passivos		685.173
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários		(500)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(536.394)
Ativos Fiscais		(94.163)
Outros Ativos		8.110
(Redução) / Aumento em Passivos		
Obrigações Fiscais		511.426
Demais Provisões e Outros Passivos		1.310.417
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(513.723)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		2.273.566
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		9.683.604
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(4.429.898)
(Aquisição) de Investimentos		(65.000)
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado		(134.541)
(Aquisição) / Alienação de Distrato de Contratos do Intangível		(61.874)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		4.992.291
Aumento / (Redução) de Capital	8a	(5.382.271)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos	8b	(3.617.822)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(9.000.093)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.734.236)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		1.862.533
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c I	128.297
Disponibilidades		128.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30/06/2025 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2025 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE ou empresa) é uma sociedade anônima que basicamente tem por objeto a coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, fornecimento de terminais eletrônicos, representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento, entre outras atividades.

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25 de agosto de 2025.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A REDE adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução BCB nº 352/23 que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 102 desta Resolução. Mais informações sobre os efeitos da transição normativa estão detalhadas na nota 2 b I – Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2025

Resolução BCB nº 352/23 - Instrumentos Financeiros

Estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de *hedge*. A adoção foi prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2025, com exceção da contabilidade de *hedge* e do ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados cuja vigência será em 1º de janeiro de 2027.

Na REDE, as novas classificações de instrumentos financeiros não produziram efeitos materiais no patrimônio líquido na adoção inicial. A classificação envolveu a transferência de ativos financeiros classificados anteriormente como Disponível para Venda para Custo Amortizado no montante de R\$ 2.162.744 e para Valor Justo por Meio do Resultado no montante de R\$ 1.226. Em relação a perda esperada associadas ao risco de crédito não produziram efeitos no Patrimônio Líquido, líquido os efeitos fiscais.

Resolução BCB nº 178/22 – Arrendamentos

Recepção o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos que apresenta um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos como direito de uso no ativo e a respectiva obrigação a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do direito de uso e as despesas de juros do arrendamento separadamente no resultado.

A REDE adotou o Pronunciamento Contábil (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, prospectivamente, desde 1º de janeiro de 2025, utilizando os seguintes critérios: (1) taxa de desconto unificada, considerando uma carteira de contratos semelhantes; e (2) cálculo do Ativo de Direito de Uso e do passivo de arrendamento para os novos contratos firmados, nos quais a REDE figura como arrendatário, a partir da vigência da norma.

A transição não produziu efeitos materiais no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas da empresa. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

II - Instrumentos Financeiros

a) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, principalmente Aplicações e Captações.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios de classificação ao Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

b) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos.

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo; (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

Perda de Crédito Esperada: Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do

resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de créditos e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

III - Relações Interfinanceiras

Os ativos referem-se principalmente a valores a receber de credenciadores e emissores de cartões de débito e crédito relativos a transações de pagamentos. O reconhecimento é realizado pelo valor da transação e apresentado líquido de eventuais perdas registradas.

No passivo, os valores correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, às adquirentes relativos as operações de transação de pagamento.

IV - Outros Ativos e Outros Passivos

Outros Ativos registram as rendas a receber pela prestação de serviços em arranjo de pagamento, exceto as relativas à execução de transações de pagamento registradas em Relações Interfinanceiras (Ativo e Passivo). Outros Passivos - Transações de Pagamentos, refere-se principalmente ao repasse de valores a pagar aos estabelecimentos adquirentes, relativos as operações de cartões de crédito e débito.

V - Investimentos

São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização, quando aplicável.

Os investimentos da empresa são representados por Controladas e Coligadas.

VI - Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente, incluem a Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, *softwares* e direitos de aquisição de folha de pagamentos.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo após o reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

VII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

VIII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

IX - Benefícios Pós-Emprego

É reconhecido no passivo atuarial, o valor presente das obrigações, líquido do valor justo dos ativos, conforme as características do plano e as estimativas atuariais. Quando o valor justo dos ativos do plano exceder o valor presente das obrigações, um ativo é reconhecido, limitado aos direitos da empresa.

As remensurações anuais dos planos são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

X - Receitas de Prestação de Serviços

São reconhecidas quando a empresa fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a empresa espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As principais receitas são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

XI - Transações de Capital com Acionistas não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

Nota 3 - Títulos e Valores Mobiliários

a) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado (CA)

	30/06/2025
	Valor Contábil Bruto
Títulos Privados	4.752.177
Certificado Déposito Bancario	4.752.177
Total	4.752.177
Custo Amortizado	4.752.177
Circulante	325.486
Não Circulante	4.426.691

b) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

	30/06/2025			
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Hierarquia de Valor Justo
Títulos Públicos	1.784.109	2.834	1.786.943	
Brasil	1.784.109	2.834	1.786.943	1
Total	1.784.109	2.834	1.786.943	
Ações (Designados VJORA)	-	-	-	
Total	1.784.109	2.834	1.786.943	
Ajuste ao Valor Justo (ORA)	2.834			
Valor Justo	1.786.943			
Circulante			-	
Não Circulante			1.786.943	

c) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

	30/06/2025			
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Hierarquia de Valor Justo
Ações	16	484	500	3
Fundos de Investimentos	1.210	(1.210)	-	2
Total	1.226	(726)	500	
Títulos Públicos (Designados VJR)	-	-	-	
Total	1.226	(726)	500	
Ajuste ao Valor Justo (Resultado)	(726)			
Valor Justo	500			
Ativos Financeiros não sujeitos à Perda de Crédito Esperada	1.226	(725)	501	
Ativos Financeiros sujeitos à Perda de Crédito Esperada	-	(1)	(1)	
Circulante			500	
Não Circulante			-	

Nota 4 - Outros Passivos

	30/06/2025
Passivos Financeiros	67.093.891
Transações de Pagamento	67.089.401
Outros Passivos	4.490
Passivos Não Financeiros	267.537
Sociais e Estatutárias	68.586
Outros Passivos Não Financeiros	198.951
Total	67.361.428
Circulante	66.902.872
Não Circulante	458.556

Nota 5 - Receitas de Prestação de Serviços

A política contábil sobre receitas de prestação de serviços está apresentada na Nota 2c X.

- **Pagamentos e Recebimentos:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, ao aluguel de máquinas da Rede e às transferências realizadas por meio do PIX em pacotes de pessoa jurídica.

	01/01 a 30/06/2025
Pagamentos e Recebimentos	1.054.540
Outras	91.260
Total	1.145.800

Nota 6 - Despesas Operacionais

a) Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2025
Remuneração, Encargos, Benefícios Sociais, Desligamentos e Treinamento	(230.076)
Participação dos Empregados nos Lucros e Pagamento Baseado em Ações	(47.079)
Total	(277.155)

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2025
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(150.127)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(163.018)
Instalações e Materiais	(69.211)
Depreciação e Amortização	(223.691)
Convênio de Rateio de Custos Comuns	(271.353)
Comercialização - Cartões de Crédito	(412.441)
Outras	(97.474)
Total	(1.387.315)

O Convênio de Rateio de Custos Comum decorre da utilização da estrutura comum do conglomerado.

Nota 7 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c VIII.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	1,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	7,60%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9,00%	ISS até	5,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Devidos Sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2025
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro	2.710.965
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(921.728)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:	
Resultado de Participações em Investidas	18.449
Incentivos Fiscais	15.448
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	12.361
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(875.470)

1) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

II - Despesas Tributárias

Estão representadas basicamente por PIS e COFINS.

Nota 8 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Está representado por 1.798.668.128 ações nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 11/03/2025, foi deliberada a redução do capital social em R\$ 5.382.271, sem cancelamento das ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no Capital Social da empresa, homologado pelo BACEN em 08/05/2025.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	01/01 a 30/06/2025		
	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	3.617.822	-	3.617.822
Dividendos Extraordinários	3.617.822	-	3.617.822

Os dividendos provisionados, quando aplicável, são registrados na rubrica Outros Passivos.

Nota 9 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Itaú Unibanco S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman, Itaú Unibanco Participações S.A., Companhia E. Johnston de Participações e Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da REDE, além das demais empresas e fundos de investimentos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	30/06/2025		
	Controladoras	Empresas do Grupo	Total
Ativo	27.708.436	(9.956.307)	17.752.129
Títulos e Valores Mobiliários	4.752.177	-	4.752.177
Relações Interfinanceiras - Posição Ativa e (Passiva)	22.938.121	(9.956.307)	12.981.814
Outros Ativos	18.138	-	18.138
Passivo	(10)	(810)	(820)
Outros Passivos	(10)	(810)	(820)
	01/01 a 30/06/2025		
Demonstração do Resultado	367.684	(9.829)	357.855
Receitas da Intermediação Financeira	560.016	-	560.016
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(192.332)	(9.829)	(202.161)

b) Remuneração e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2025
Honorários	(7.812)
Participações no Lucro	(2.458)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(4.537)
Outros	(249)
Total	(15.056)

Nota 10 - Informações Suplementares

a) Gerenciamento de Riscos e Capital

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos "Relatório de Acesso Público", que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, e não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Políticas, Relatórios.

b) Reorganização Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30/05/2025 foi deliberada a incorporação da investida Maxipago Serviços de Internet Ltda. (MAXIPAGO) pela REDECARD, mediante absorção da totalidade do seu patrimônio líquido, no valor de R\$ 314.375, e não implicará em aumento de capital ou emissão de novas ações.

c) Medida Provisória (MP) nº 1.303/25

Emitida em 11 de junho de 2025, altera a Lei nº 7.689/88, que dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a partir de 1º de outubro de 2025, conforme segue:

- Instituições de Pagamento – majoração de 9% para 15%.

Essa MP não ocasionou efeitos nas Demonstrações Contábeis da REDE no período findo em 30/06/2025, pois ainda será apreciada pelo Congresso Nacional, podendo sofrer alterações ou ser rejeitada.

d) Benefícios Pós-Emprego

A empresa patrocina o Plano de Previdência REDECARD, administrado pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar e estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Durante o período findo em 30/06/2025, o montante reconhecido como receita / (despesa) do plano foi de R\$ 8.

e) Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, a REDE celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP) em três etapas, sendo que a primeira etapa, realizada em março de 2020, concedeu o controle à REDE.

Em 2023, a REDE aumentou sua participação em 20,57% (2.228.342 ações) pelo valor de R\$ 199.138, passando a deter 72,51%.

Em 2024, houve a diluição de 1,32% (emissão de 200.628 novas ações) na participação da REDE e a realização da terceira etapa, com aquisição da participação remanescente de 28,81% (3.178.623 ações) no capital social da ZUP pelo valor de R\$ 312.471.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de maio, 14 de junho de 2023 e 28 de março de 2024.